

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOÃO JOSÉ DE MEDEIROS

**A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 1.255/09**

NATAL/RN
2013

JOÃO JOSÉ DE MEDEIROS

**A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 1.255/09**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitário do
Rio Grande do Norte como requisito final
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof^a (Msc.) Joana D'arc
Medeiros Martins.

NATAL/RN
2013

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Medeiros, João José de.

A importância da escrituração contábil nas micro e pequenas empresas de acordo com a resolução 1.255/09 / João José de Medeiros. – Natal, 2013.
52 f.

Orientador (a): Joana D'arc Medeiros Martins. (Msc.).
Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Contabilidade – Monografia. 2. Escrituração Contábil – Monografia. 3. Micro e Pequenas Empresas – Monografia. I. Martins, Joana D'arc Medeiros. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 657.3

JOÃO JOSÉ DE MEDEIROS

**A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 1.255/09**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte
como requisito final para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Joana D'arc Medeiros Martins, Msc
Orientador

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara, Msc
Membro

Dedico este trabalho em especial a DEUS por ter me dado a saúde física e mental para conclusão deste, como também a minha esposa e filhos por compreender minha ausência nessa trajetória de muita luta e dedicação para alcançar esse objetivo tão sonhado.

AGRADECIMENTOS

A DEUS por me proporcionar tão lucida inteligência para chegar ao fim dessa jornada, e nunca pensar em desistir desse sonho e sentir que o dever foi cumprido da melhor forma possível;

A minha estimada esposa Benícia Medeiros por compreender tantas horas que não pude dar aquela atenção tão merecida;

Aos meus filhos Gabrielly Medeiros e Miguel Medeiros por terem paciência por muitos fins de semana deixados de passear;

Aos meus pais Américo e Cleonice que com muita dificuldade e sacrifício conseguiu nos dar a educação merecida para alcançar os objetivos almejados;

Aos meus irmãos Sandra, Adriano (*in memoriam*), Altair, Alex e demais familiares que torceram para que este sonho se tornasse realidade;

Aos professores que com sabedoria nos passou o conhecimento e transparência sobre novas informações;

Aos colegas que juntos compartilhamos duvidas e resoluções de trabalhos e que nunca deixou desanimar ao longo dessa trajetória e conquista.

A todas as pessoas que torceram por mim ao longo desses 04 anos dedicados a formação acadêmica.

RESUMO

A contabilidade existe desde nossos antepassados como forma de controle dos recursos financeiros, onde se iniciou com o uso do método das partidas dobradas, ou seja, o débito e o crédito e permanecem ao longo dos anos, no entanto atualmente passa por muitas mudanças e esse método não foi esquecido. Hoje ela está em processo de convergência internacional para unificar os princípios e práticas contábeis entre os países. Tais procedimentos proporcionam um só entendimento a seus usuários permitindo a comparabilidade e transparência das informações. Com essas mudanças, foi necessário que os contadores procurassem se atualizar dentro dos novos padrões estabelecidos pelas normas internacionais de contabilidade. Neste sentido, o objetivo do estudo é a elaboração dos relatórios contábeis em uma micro empresa de acordo com a resolução CFC 1255/09. Para alcançar os objetivos almejados requereu um direcionamento que norteou todo o estudo, ou seja, usou-se uma metodologia que através de livros, artigos científicos, e a legislação específica direcionado a área contábil, demonstrou-se as situações vivenciadas pelas micro e pequenas empresas. Os resultados demonstraram que é possível elaborar os relatórios contábeis de acordo com a resolução CFC 1255/09 na micro e pequena empresa. Após realização da pesquisa ficou evidenciado que houve benefícios significativos para a empresa, pois com essas demonstrações elaboradas de forma relevante e confiável, proporcionou para empresário a informação sobre a posição financeira e econômica da empresa, o desempenho e demais informações que servirá para a tomada de decisão e posteriormente para os usuários externo.

Palavras Chave: Escrituração Contábil, Micro e Pequenas Empresas.

ABSTRACT

Accounting has existed since our ancestors as a form of control of financial resources, which began using the double entry method, ie, the debit and credit and remain over the years, but is currently undergoing many changes and this method was not forgotten. Today she is in the process of international convergence to unify the accounting principles and practices between countries. Such procedures provide one understanding your users allowing comparability and transparency of information. With these changes, it was necessary that accountants seek to upgrade within the new standards set by the international accounting standards. In this sense, the objective of the study is the preparation of accounting reports on a micro company in accordance with the Resolution CFC 1255/09. To achieve the desired goals required a direction that guided the entire study, ie, we used a methodology through books, papers, and specific legislation directed the accounting area, showed the situations experienced by micro and small enterprises. The results showed that it is possible to prepare accounting reports according to CFC Resolution 1255/09 on the micro and small enterprises. After completion of the research it became clear that there were significant benefits to the company, because with these elaborate displays of relevant and reliable information provided to entrepreneur on the economic and financial position of the company, performance and other information that will serve for making decision and then to external users.

Key Word: Bookkeeping, Micro and Small Enterprises.

LISTA DE QUADROS

Ilustração 01 - Balanço Patrimonial	22
Ilustração 02 - Demonstração do Resultado do Exercício	26
Ilustração 03 - Demonstração Fluxo de Caixa	29
Ilustração 04 - Demonstração de mutação do Patrimônio Líquido	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

APIMEC – Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimentos em Mercado de Capitais

BACEN – Banco Central do Brasil

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

BP – Balanço Patrimonial

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Imobiliários

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DFC – Demonstração Fluxo de Caixa

DMPL – Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

NE – Notas Explicativas

NBTC – Normas Brasileira Técnicas de Contabilidade

RFB – Receita Federal Brasil

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 GERAL	10
1.2.1 ESPECÍFICOS	10
1.2 JUSTIFICATIVA	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 A ORIGEM DA CONTABILIDADE	14
2.2 CONTABILIDADE E SUAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES	15
2.3 A IMPORTÂNCIA E UTILIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	17
2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	19
2.4.1 BALANÇO PATRIMONIAL	19
2.4.2.1 DISTINÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	21
2.4.2.2 ATIVO CIRCULANTE	21
2.4.2.3 PASSIVO CIRCULANTE	21
2.5 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	23
2.6 DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA	26
2.7 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
2.8 NOTAS EXPLICATIVAS	32
2.8.1 ESTRUTURA DAS NOTAS EXPLICATIVAS	33
3. METODOLOGIA	35
3.1 TIPO DE PESQUISA	35
3.2 COLETA DE DADOS	36
3.3 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS	37
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	40
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A – Balanço Patrimonial	46
APÊNDICE B – Demonstração do Resultado do Exercício	47
APÊNDICE C – Demonstração Fluxo de Caixa	48
APÊNDICE D – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	49
APÊNDICE E – Notas Explicativas	50

1 INTRODUÇÃO

O cenário do mercado atual das micro e pequenas empresas estão cada vez mais em alta, segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE (2012), um dos seguimentos de interesse do consumidor é por produtos e serviços decorrentes de práticas sustentáveis que cresce a cada dia e em todo o mundo.

As empresas por sua vez para garantirem o sucesso tendem a se enquadrar de forma que possa competir com as outras, prevalecendo aquela que presta um serviço de excelente qualidade ao consumidor.

Devido às mudanças do mercado e a competitividade entre as empresas, buscando sempre o maior resultado possível, muitas delas tendem a esquecer das práticas de manter uma escrituração contábil para o melhor controle dos seus ativos, proporcionando assim um risco inerente as suas atividades.

A Escrituração Contábil estabelece critérios e procedimentos para que as empresas tenham uma forma de controle financeiro e econômico de seus gastos, demonstrando seus dados e fatos ocorridos em eventos passados, ela é fundamental para a empresa saber a real situação financeira, seu crescimento e desempenho a cada demonstração apresentada, como entradas e saídas de recursos, custos e despesas, e seu lucro ou prejuízo (DEL FRARO ET AL, 2010).

O objetivo da escrituração contábil é manter suas demonstrações em dia para tomada de decisão, para os usuários externos como o fisco, bancos e demais entidades (DEL FRARO ET AL, 2010).

Na escrituração contábil existem os métodos iniciais que são os livros razão e diário, que contempla os registros da empresa de forma continuada, que devem expressar a realidade das informações prestadas, não podendo jamais ser alterados.

De acordo com a Resolução CFC 1255/09, a escrituração contábil são critérios e procedimentos a serem observados e posto em prática para o desenvolvimento da empresa dentro de uma conjuntura para que todos estejam dentro do mesmo contexto, através dela podemos apurar toda movimentação das

atividades, como movimentação de capital, transações diversas, e outras práticas da escrituração.

Percebe-se a atuação da fiscalização, que está cada vez mais acirrada para o cumprimento dessa obrigatoriedade, de forma que não causem dúvidas nas informações, partindo do pressuposto que a empresa que possui sua escrituração regular, quando por ventura tiver que passar por uma fiscalização, o empresário tem como prestar as informações de forma a não se prejudicar por não manter sua escrituração contábil atualizada.

De acordo com a Resolução CFC 1255/09 as informações devem possuir algumas características qualitativas para escrituração contábil como:

- **Compreensibilidade** – A informação apresentada em demonstrações contábeis deve ser apresentada de modo a torná-la compreensível por usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e de contabilidade, e a disposição de estudar a informação com razoável diligência.
- **Relevância** – quando a informação é capaz de influenciar as decisões dos usuários, e ajudar a avaliar os fatos passados, e possa corrigi-los; materialidade é a informação material, caso ocorra um erro dessa informação poderá influenciar na tomada de decisão;
- **Materialidade** – A informação é material – e, portanto tem relevância – se sua omissão ou erro puder influenciar as decisões econômicas de usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis.
- **Confiabilidade** – a informação deve ser confiável;
- **Primazia da essência sobre a forma** – as informações devem ser apresentadas de acordo com sua essência;
- **Prudência** – ter precaução quando prestar informações que poderá beneficiar ou onerar seus ativos; Integralidade a informação deve ser prestada por completo, sem omissão;
- **Integralidade** – Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites da materialidade e custo.
- **Comparabilidade** – os relatórios devem ser comparados pelos os usuários, de forma que possa observar o desempenho financeiro e patrimonial;
- **Tempestividade** – é o tempo da execução das informações para que as decisões sejam tomadas dentro dos prazos.

As micro e pequenas empresas são consideradas como a sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário. A Lei Complementar 123/06, Art. 3º define a micro e pequena empresa como:

I - no caso da microempresa que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011).

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011).

As empresas que optam em fazer a escrituração contábil, não por ser obrigada, mas por saber que esse controle financeiro e econômico é de grande valia para o gestor, ela por sua vez tende a garantir sua sobrevivência no mercado e possivelmente permaneça no mercado de forma continuada.

O gestor que propõe a manter sua escrituração regular pode obter algumas vantagens, quando por ventura necessite de uma comprovação em juízo que dependa de uma perícia contábil; a necessidade de uma auditoria interna; a diminuição da carga tributária quando ocorrer distribuição de lucros; acesso as linhas de créditos por entidade bancárias, onde geralmente são solicitadas todas as informações da empresa como o balanço patrimonial, faturamento dos últimos dozes meses e demonstração de resultado.

Diante deste contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: **É possível elaborar os relatórios contábeis em uma micro empresa de acordo com a resolução CFC 1.255/09?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Elaboração dos relatórios contábeis em uma micro empresa de acordo com a resolução CFC 1255/09.

1.2.1 Específico

- Levantar a documentação financeira;
- Elaborar Balanço Patrimonial;
- Elaborar Demonstração Resultado do Exercício;
- Elaborar Demonstração Fluxo de Caixa;

- Elaborar Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Elaborar Notas Explicativas

1.2 JUSTIFICATIVA

Um dos fatores relevantes que as micro e pequenas empresas passam para superar as suas dificuldades ao meio de tanta concorrência, é a necessidade de manter as informações contábeis em dia para os usuários externos e para um controle mais efetivo e para proteção de seus ativos. Assim a informação necessita ser confiável atual e relevante, de forma a transparecer a real situação da empresa.

Os empresários das micro e pequenas empresas creditam ao contador várias funções, uma delas é de emitir boletos, guias e declarações, tendo como principal órgão regulador o fisco. Passado anos a contabilidade foi avançando com novas tecnologias e expandindo suas atividades, o contador já não é visto como um profissional que só emite guias para pagamento de impostos e sim como um prestador de serviço que coleta e trata as informações, para a elaboração da escrituração contábil, que serve para auxiliar o gestor a tomada de decisão.

Hoje as micro e pequenas empresas representam a maior parte de empresas que gera um resultado satisfatório para o nosso país em relação à arrecadação, muitas delas possuem uma quantidade de funcionários que contribui para o desenvolvimento, e geração de renda para as famílias, isso ocasiona um impacto significativo na redução dos índices de desemprego no nosso país.

Além das micro e pequenas empresas serem uma grande massa, e com tributação específica, ela tende a incentivar aquelas empresas que trabalham na informalidade, a se regularizar e se manter no mercado, ou seja, uma forma de aumentar a arrecadação do nosso país.

O objetivo dessa pesquisa é expor ao empresário da micro e pequena empresa, através de pesquisa na legislação específica e literatura, é demonstrar importância de manter sua escrituração contábil de forma que possa ser utilizada a qualquer momento, sendo por solicitação dos usuários externos, quanto para auxiliar o gestor na tomada de decisão.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 A ORIGEM DA CONTABILIDADE

A história da contabilidade é a história de nossa era; de muitas formas, e a própria contabilidade conta essa história, pois os registros contábeis fazem parte da matéria prima dos historiadores. Não sabemos quem inventou a contabilidade, sabemos que sistemas de escrituração por partidas dobradas começaram a surgir no século XIII e XIV em diversos centros de comercio no norte da Itália.

Os primeiros registros da escrituração por partidas dobradas foram encontrados em arquivos municipais da cidade de Gênova, na Itália, no ano de 1340. Alguns fragmentos anteriores foram encontrados nas contas de Giovanni Farolfi & Companhia, 1299-1300, e Riniere & Irmãos que eram negociantes em feiras, onde eram famosos nessa época na região de Champagne, na França. (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 2009).

O primeiro codificador da contabilidade foi um frei franciscano chamado Luca Pacioli, que passou a maior parte de sua vida como professor e estudante nas universidades de Perúgia, Florença, Pisa e Bolonha. Paciole encerrou sua carreira lecionando matemática na Universidade de Roma onde foi convidado pelo Papa Leão X, Paciole por sua vez era bem conceituado pelos amigos e por vários papas. (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 2009).

Paciole escreveu um livro intitulado *Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá*, que apareceu em Veneza em 1494, A *Summa* era um tratado de matemática, mas incluía uma seção do sistema de escrituração das partidas dobradas, denominada *Particularis de Computis et Scripturis*. Esta seção foi a primeira publicação que descreve o sistema de partidas dobradas, onde os lançamentos contábeis baseavam-se no raciocínio que apresentado. Os comentários sobre a contabilidade são tão relevantes e atuais quanto a 500 anos. (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 2009).

Para que tudo fique mais claro, para laborar o método das partidas dobradas era necessário fazer uma comparação, somar numa folha de papel todos os débitos e coloca-los do lado esquerdo, e somar todos os créditos e coloca-los do lado direito, ao final da soma, o lado esquerdo tinha que ser igual ao lado direito, ou seja,

sua conclusão será a de que sua razão terá sido bem mantida (HENDRIKSEN E VAN BREDÁ, 2009).

2.2 CONTABILIDADE E SUAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Ao decorrer dos anos a contabilidade passou por algumas modificações, de acordo com a lei 11.638/07 “a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa”.

O artigo 177 da Lei 11.638/07 diz que as demonstrações financeiras deverão ser observadas mediante os seguintes registros:

I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou

II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Ou seja, a contabilidade se modifica continuamente, de forma que hoje já podemos identificar mudanças para adequação da contabilidade de acordo com as normas internacionais adotados nos principais mercados de valores imobiliários, onde as demonstrações passem a ser uniformes e que tenha um só entendimento.

Outro fator a destacar na DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), é “as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.”

Ainda segundo a lei 11.638/07, “as demonstrações de fluxo de caixa deverão apresentar as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalência de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos”. das operações, dos financiamentos e dos investimentos”.

Essas mudanças que estão ocorrendo são de grande importância para contabilidade, onde cada vez mais vamos aprimorar nossos conhecimentos de forma que a contabilidade seja universal, e que os contadores absorvam essas novas informações e busquem se aprimorar, para que possam expor as novas informações através de relatórios aos administradores das empresas para uma possível tomada de decisão.

As principais mudanças de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade para as Micro e Pequenas Empresas de acordo com Lei 11.638/07 retratam um grande crescimento na economia Brasileira onde os avanços tecnológicos do mundo globalizado, exigiu-se que a contabilidade sofresse um alinhamento, com devidas informações padronizadas de maneira internacionais, Transparecendo um único entendimento e que fosse compreendida em diversos países. Enfim uma resposta a essa demanda as normas brasileiras passaram a definir os mesmos padrões de elaboração das demonstrações e estilo utilizados nas normas internacionais.

Com o objetivo de atender essas mudanças, foi instituída a Lei 11.638/07 que alterou a Lei 6.404/76, permitindo efetivamente a Convergência das normas Brasileira para uma padronização junto as normas Internacionais, como todas as empresas que tenham um faturamento até R\$ 300 milhões ou que possua Imobilizado de até R\$ 240 milhões, independente de seu regime de tributação, são obrigadas a adotar as novas normas internacionais de contabilidade, a uma única exceção que é para as empresas optante pelo sistema de tributação desenvolvido para atender o trabalhador avulso que é denominado MEI (Micro Empreendedor Individual).

Com essa ferramenta o Brasil segue o caminho de diversos países realizando mudanças dentro dos sistemas contábeis, permitindo uma maior comparação entre as informações, não sendo apenas contabilizado o que está escrito, mas o que realmente apresentava o documento analisado, prevalecendo a essência sobre a forma.

A fim de auxiliar essas mudanças foi criado pela resolução do CFC 1055-05 o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, composto pelas diversas entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimentos em Mercado de Capitais (APIMEC); Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Participaram como convidados o Banco Central do Brasil (BACEN); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Receita Federal Brasil (RFB) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2.3 A IMPORTÂNCIA E UTILIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A escrituração contábil dentro de seu processo na entidade requer um envolvimento além das transações do que dizem respeito ao patrimônio, como também os recursos financeiros, econômico e sociais que servirão para elaboração das demonstrações contábeis, onde servirão de consulta e análise para outros setores e diversos ramos de atividades.

Dentre as vantagens oferecidas pela escrituração contábil, destacam-se algumas que são de grande importância para as empresas, de acordo com Zanluca, Júlio César (2009):

1. Oferece maior controle financeiro e econômico à entidade.
2. Comprova em juízo fatos cujas provas dependam de perícia contábil.
3. Contestação de reclamações trabalhistas quando as provas a serem apresentadas dependam de perícia contábil.
4. Imprescindível no requerimento de recuperação judicial (Lei 11.101/2005).
5. Evita que sejam consideradas fraudulentas as próprias falências, sujeitando os sócios ou titulares às penalidades da Lei que rege a matéria.
6. Base de apuração de lucro tributável e possibilidade de compensação de prejuízos fiscais acumulados.
7. Facilita acesso às linhas de crédito.
8. Distribuição de lucros como alternativa de diminuição de carga tributária.
9. Prova a sócios que se retiram da sociedade a verdadeira situação patrimonial, para fins de apuração de haveres ou venda de participação.
10. Prova, em juízo, a situação patrimonial na hipótese de questões que possam existir entre herdeiros e sucessores de sócio falecido.
11. Para o administrador, supre exigência do Novo Código Civil Brasileiro quanto à prestação de contas (art. 1.020).

A falta de manter uma escrituração contábil dentro da empresa configura uma das principais dificuldades para uma avaliação de sua real situação financeira econômica, o que distorce as estatísticas no Brasil que dificulta a eficácia do poder público. O desconhecimento das organizações de sua real situação financeira e econômica é propício que muitas decisões tomadas são em desacordo com a empresa e da sociedade como todo, evidenciando assim um prejuízo aos cofres públicos do País.

Dentro das demonstrações contábeis destaca-se o Balanço Patrimonial que evidencia qualitativamente e quantitativamente em uma determinada data, a situação patrimonial e financeira da entidade. A demonstração do resultado do exercício apresenta como principal objetivo, as contas de receita de despesas de forma vertical e resumida ao resultado apurado das operações realizadas dentro de

um determinado período de doze meses. Além desses demonstrativos podemos citar também uma poderosa ferramenta contábil para servir as micro e pequenas empresas que é a DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) que evidencia as entradas e saídas de recursos dentro da empresa, mostrando claramente o saldo do disponível naquele momento, e proporcionando uma visão de organização de receitas para o futuro.

Logo as demonstrações e demonstrativos quando são elaborados por profissionais competentes na área contábil, que buscam estar sempre atualizados dentro das legislações específicas, tendem a passar uma informação adequada e confiável, que pode fornecer aos gestores um suporte para tomada de decisão, com essas decisões acertadas, as micro e pequenas empresas tendem a ter uma fortalecimento no mercado, e conseqüentemente sobrevivam continuamente no seu ramo de atividade.

Dessa forma, a informação gerada através da escrituração contábil, não só passa a ser de interesse para os usuários internos, mas também serve para prestar informações aos usuários externos de uma forma geral, uma vez que as micro e pequenas empresas promove um potencial na arrecadação de tributos, e de interesse social.

Com essas informações podemos dizer que a importância e a utilização da escrituração contábil são de grande valia para as empresas, onde demonstram a verdadeira situação econômica, gerando assim satisfação para os gestores e os órgãos fiscalizadores.

2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Padoveze (2009 p.07) afirma que “o Balanço Patrimonial é elaborado com as contas de ativos e passivos, a fim de mostrar o patrimônio empresarial de uma forma de fácil entendimento, inclusive para pessoas não muito afeitas ao trabalho contábil”.

Segundo Marion (2009) o Balanço Patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade, através dele é possível identificar a saúde financeira e econômica da empresa em qualquer data ou no final do exercício, ele é dividido em duas colunas: do lado esquerdo é o ativo, e do lado direito é o passivo.

O termo ativo pressupõe que é algo positivo que produz e gera riqueza, em contrapartida o passivo é ao contrário, ou seja negativo, dá ideia de dividas e obrigações.

O Balanço Patrimonial para (Iudícibus et al, 1995) será descrito como uma posição financeira e patrimonial da empresa, referente um data determinada que represente uma posição estática. O art. 178 da lei 6.404, “diz que no balanço as contas devem ser classificadas de acordo com os elementos do patrimônio, e agrupadas para facilitar a análise da real situação financeira da empresa”.

Para Perez e Begalli (2002) o BP (Balanço Patrimonial) é um relatório estático que deve ser apurado em uma determinada data, ou seja, devido sua obrigatoriedade de apurar os resultados fiscais de acordo com o ano civil, onde as empresas adotam o período do exercício social, que nem sempre é adotado para a apuração dos resultados operacionais, lembrando que não é uma regra geral.

No BP essa exigência é fundamental, tendo em vista que devido a estática patrimonial, não teria condições de concluir um relatório em uma única data, prejudicando assim as informações das demonstrações. Um dos objetivos básico do balanço é apresentar de forma clara e condizente o patrimônio da entidade, com seus ativos, passivos em determinado período.

Carvalho, Leme e Costa, (2006) afirma que “um balanço é um exercício profissional, organizado, extremamente complexo que consiste em antecipar quais serão os futuros fluxos de caixa”.

Conforme as intitulações da lei 6.404/76, o balanço é composto por três elementos básico: “O ativo que compreende os bens e direitos, passivo compreende as exigibilidade e obrigações e patrimônio líquido representa a diferença entre o ativo e passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.”

No balanço as contas devem ser classificadas de forma ordenada e uniforme para que os usuários possam compreender a análise e a interpretação da situação financeira e patrimonial.

Com esse objetivo, a lei nº 6.404/76 no art 178 e 179 define que no ativo as contas devem ser apresentadas em primeiro lugar, aquelas conversíveis em disponibilidades, iniciando com o disponível (caixa e banco), contas a receber, estoques e demais contas sucessivamente. No passivo em primeiro lugar classificam-se as contas cuja a exigibilidade ocorre antes.

Segundo as NBTC (Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade) o Balanço patrimonial deve incluir no mínimo contas que apresentem valores:

- a) Caixa e equivalência de caixa;
- b) Contas a receber e outros recebíveis;
- c) Ativos financeiros (exceto os mencionados nos itens (a),(b),(j) e (k);
- d) Estoques;
- e) Ativo imobilizado;
- f) Propriedade para investimento, mensurada pelo valor justo por meio de resultados;
- g) Ativos intangíveis;
- h) Ativos biológicos, mensurados pelo custo menos depreciação acumulada perdas e por desvalorização;
- i) Ativos biológicos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- j) Investimentos em coligadas. No caso do balanço individual ou separado também os investimentos de controladas;
- k) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto
- l) Fornecedores e outras contas a pagar;
- m) Passivos financeiros (exceto os mencionados nos itens (l) e (p);
- n) Passivos e ativos relativos a tributos correntes;
- o) Tributos diferidos ativos e passivos (devem sempre ser classificados como não circulante);
- p) Provisões;
- q) Participação de não controladores, apresentada no grupo do patrimônio líquido mas separadamente do patrimônio líquido atribuído aos proprietários da entidade controladora;
- r) Patrimônio líquido pertencentes aos proprietários da entidade controladora;

Além das contas discriminadas acima, a entidade deve apresentar as contas adicionais, que constem cabeçalhos e subtotais sempre que for relevante para o entendimento da posição patrimonial e financeira da entidade. Ou seja, a entidade deve apresentar seu balanço de forma clara e que demonstre sua real situação

financeira, com isso ela adquire juntos aos órgãos normalizadores e fiscalizadores credibilidade de que aquela entidade é confiável.

2.4.2.1 Distinção entre circulante e não circulante

As empresas devem apresentar ativos circulantes e não circulantes como também passivos circulantes e não circulantes essas contas devem ser separadas no BP de forma que compreenda sua classificação a curto e longo prazo.

2.4.2.2 Ativo Circulante

Segundo Perez e Begally (2002) o ativo circulante é composto das disponibilidades, dos bens e direitos realizáveis no decorrer do exercício social seguinte, e das despesas pagas antecipadamente.

A entidade deve classificar um ativo como circulante quando:

- Espera realizar o ativo, ou pretender vendê-lo ou consumi-lo durante o ciclo operacional normal da entidade;
- O ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação;
- Espera realizar o ativo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- O ativo for caixa ou equivalência de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo seja restrita durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os ativos que não estão compreendidos no período do exercício devem ser classificados como não circulantes, quando o ciclo operacional seja normal e não for claramente identificável, onde se presume que sua duração seja de doze meses, ou seja, após o fim do exercício será caracterizado com ativo não circulante.

2.4.2.3 Passivo circulante

A entidade deve classificar um passivo como circulante quando:

- Esperar liquidar o passivo durante o ciclo operacional normal da entidade;
- O passivo for mantido essencialmente para finalidade de negociação;
- O passivo for exigível no período de doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- A entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação.

A entidade deve compreender os outros passivos como não circulantes, quando ultrapassar o período do ciclo operacional do exercício, onde serão classificados nas contas de longo prazo.

2.4.2.4 Ordem e formato dos itens do balanço patrimonial

As contas do BP devem ser caracterizadas quando o tamanho, a natureza, dentro de cada função ou agregação de itens similares, de forma que sua apresentação seja relevante para compreensão dos usuários externos e que compreenda a posição patrimonial e financeira da entidade, e que as contas que forem utilizadas estejam dentro de sua ordem, apresentação e agregação de itens que possam ser modificados de acordo a natureza e transações, no sentido de captar informações que seja relevante e que demonstre sua real situação patrimonial e financeira da empresa.

Podemos observar abaixo a estrutura do balanço patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
DISPONÍVEL	Fornecedores
Caixa e Banco	Obrigações Fiscais
CRÉDITOS	Obrigações Sociais e Trabalhistas
Duplicatas a receber	Outras Contas a pagar
(-) Duplicatas descontadas	
Outras contas a receber	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
ESTOQUES	Fornecedores a pagar
Mercadorias	Empréstimos bancários
DESPESAS DO EXERC. SEGUINTE	Outras Contas a pagar
Prêmios de Seguros a apropriar	
Juros Passivos a apropriar	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Aluguéis Ativos a vencer
Empréstimos a sócios	Outras receitas a vencer
Investimentos temp. a longo prazo	
Despesas antecipadas	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Outras contas a receber	Capital Social
PERMANENTE	Lucro do Exercício
INVESTIMENTOS	Lucros Acumulados
Outros investimentos	(-) Prejuízos acumulados
IMOBILIZADO	
Móveis e Utensílios	
Veículos	
(-) Depreciação acumulada	
DIFERIDO	
Despesas pré-operacionais	
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Quadro 01 – Balanço Patrimonial

Fonte: Iudícibus et al (2010)

2.5 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para Marion (2009) a DRE é um resumo das receitas e despesas em um determinado período, geralmente refere-se aos 12 meses. Ela é apresentada de forma dedutiva, ou seja, na vertical, da soma das receitas subtraem as despesas e em seguida será indicado o resultado sendo o lucro ou prejuízo.

Segundo Perez e Begally (2002) A demonstração do resultado do exercício nada mais é que a discriminação das contas de receitas e despesas, elaborado de forma organizado.

Tal ordenação consiste, que na separação das receitas, dos custos e despesas operacionais e não operacionais, possibilite sua apresentação de forma que esteja dentro da legislação vigente, de maneira vertical e dedutiva.

Em relação à DRE Padoveze (2009) defende que “a Demonstração do resultado é feita a partir da conta lucros e perdas. A finalidade da demonstração do resultado é a melhor evidenciação de ganho, tendo em vista sempre o aspecto do usuário externo”.

Szuster e Cardoso (2010) descrevem a DRE como uma estrutura para evidenciar a composição do resultado da entidade, ou seja, parte do critério de organizar as receitas e despesas daquele período, a fim de apresentar o resultado da empresa, se deu lucro ou prejuízo. A DRE em um determinado período evidência a riqueza gerada pela a empresa, onde por sua vez será destinada aos sócios.

Reis e Marion (2006) definem a DRE como uma peça contábil que apresenta o resultado das operações sociais, ou seja, lucro ou prejuízo. Dentro desse parâmetro procurou evidenciar:

O resultado operacional do período – lucro ou prejuízo apurado nas operações principais e acessórias da empresa – provocando pela movimentação dos valores aplicado no ativo;
O lucro líquido do período, ou seja, aquela parcela do resultado que, efetivamente, ficou à disposição dos sócios para ser retirada ou reinvestida.

Fica claramente evidenciado que a DRE é a demonstração que controla as receitas e despesas dentro de cada exercício, onde cada período pode ser identificado se a empresa deu lucro ou prejuízo.

Além disso, a DRE procura mostrar, em sequência lógica e ordenada, todos os fatores que influenciariam, para mais ou para menos, o resultado do período,

tornando-se assim, valioso instrumento de análise econômico financeiro e preciosa fonte de informação para a tomada de decisão administrativa.

A demonstração do resultado termina na apuração do lucro líquido. A distribuição desse lucro vai aparecer em outro demonstrativo, no dos lucros ou prejuízos acumulados ou no das mutações do patrimônio líquido.

Deve ser informado, no final do demonstrativo em pauta, o valor do lucro líquido por ação do capital social (lucro líquido / número de ações). Essa informação é importantíssima para o investidor poder avaliar o rendimento obtido e o tempo de retorno do seu investimento.

Ainda segundo Reis e Marion (2006 p.65) a DRE devem apresentar como principais componentes para a elaboração da demonstração os seguintes requisitos:

Receita bruta, Deduções, Receita líquida, Custo da receita líquida (ou CMV ou CPV), Lucro bruto, Outras receitas operacionais.
Despesas operacionais, Despesas mercantis, Despesas administrativas, Despesas financeiras líquidas, Despesas tributárias.
Depreciação e amortizações, Outras provisões.
Lucro operacional, Resultados não operacionais (ganhos e perdas de capital).
Despesas não operacionais, Receitas não operacionais, Resultado antes do imposto de renda, Participações de terceiros, Lucro líquido.

Parte do pressuposto que através DRE, a entidade possa visualizar sua situação durante o período que esteve em atividade, gerando assim uma expectativa para a empresa, se deu o lucro desejado ou um prejuízo, por sua vez as empresas procuram demonstrar sua real situação através da apresentação dessas informações.

Segundo Santos et al (2009) a DRE é destinada para evidenciar a formulação do resultado do exercício, realizando o confronto entre receitas e ganhos com as despesas e perdas decorrentes do exercício.

Dentro dessa abordagem, a NBCT (2010) diz que a DRE deve apresentar, no mínimo, e obedecer a legislação vigente, dentro das contas que apresentem valores de acordo com o lucro ou prejuízo, neste contexto na DRE deve prevalecer alguns requisitos:

- a) Receitas;
- b) Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- c) Lucro Bruto;
- d) Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacional;
- e) Resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- f) Despesas e receitas financeiras;

- g) Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- h) Despesa com tributo sobre o lucro excluindo o tributo alocado;
- i) Resultado líquido das operações continuadas;
- j) Valor líquido dos seguintes itens:
 Resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;
 Resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas e venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos a disposição para a venda que constituem a unidade operacional descontinuada;
- k) Resultado líquido do período.

A Resolução CFC 1255/09 aprova a NBCT 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Observa-se que com as novas resoluções estão sendo incrementados novos procedimentos dentro as demonstrações contábeis de forma que evidencie o entendimento, levando em consideração o processo da convergência das normas internacionais.

A demonstração tem de ser apresentada na posição vertical, discriminando seus componentes de forma ordenada, onde fique evidenciado o resultado operacional, os não operacionais após as receitas e despesas, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social, o resultado antes das participações e o lucro líquido do exercício da entidade.

O resultado do exercício é determinado observando o princípio de competência, onde serão evidenciados vários níveis de formação de resultados mediante confronto entre as receitas, custos e despesas.

Isto ocorrerá mediante a evidenciação entre as receitas e ganhos do período, que independe do seu recebimento e dos custos e despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, que correspondam a esses ganhos e perdas.

A CVM “manteve a obrigação da elaboração e divulgação da DRE que está prevista na legislação societária, mas supriu o título da demonstração a expressão sendo ela do exercício”. Assim, esse componente das demonstrações contábeis, passou a se chamado de demonstração do resultado.

Da mesma forma o que está previsto nas normas brasileiras da legislação societárias é a seguinte informação:

O § 25 da deliberação da CVM nº 488/05 prevaleceu a obrigatoriedade das entidades elaborar suas demonstrações em conformidade com o regime de competência, ou seja, esse critério também é adotado pelas normas internacionais, evidenciando assim uma só contabilidade”

Adotando o sistema de demonstração vertical, parte da receita bruta e, por meio de adições e subtrações sucessivas, chega-se ao resultado líquido do

exercício, podemos visualizar a estrutura da DRE de acordo com os padrões estabelecidos, onde serão apresentado suas nomenclaturas e sequências:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
RECEITA BRUTA
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
Devoluções e cancelamentos
Abatimentos
Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas
= RECEITA LÍQUIDA
(-) CUSTO DA RECEITA LIQUIDA (CMV OU CPV)
= RESULTADO BRUTO
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
Juros, aluguéis e dividendos
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
Salários, juros, aluguéis, fretes, seguros, depreciação,...
= RESULTADO OPERACIONAL
(+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS
Ganhos resultantes da alienação de valores no ativo permanente;
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
Perdas provocadas pela alienação de valores do ativo permanente
= RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA
(-) PARTICIPAÇÕES DE TERCEIROS
Imposto de renda
Empregados e diretores
Debêntures e Partes Beneficiárias
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro 02: Demonstração do Resultado do Exercício.

Fonte: Marion e Reis (2006, P57)

2.6 DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA

De acordo com Moura (2009) a DFC é uma demonstração que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocam modificações no saldo da conta caixa.

Trata-se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a créditos (saídas) da conta caixa.

O fluxo de caixa pode-se dizer que é o controle da entrada e saída de dinheiro do caixa da empresa, com esse controle a empresa pode estar ciente de sua situação, se está trabalhando com uma situação favorável ou desfavorável.

No Brasil se dá pouco valor a DFC, segundo Marion (2009) é uma demonstração quase desprezada onde a maioria dos escritórios de contabilidade que presta o serviço às micros e pequenas empresas (que gira em torno de 90% das empresas no Brasil) não elaboram a DFC, comprometendo o sucesso gerencial dos seus clientes.

Um dos fatores relevante é a cultura do empresário brasileiro que não gosta de prestar contas e revelar a origem e o uso do dinheiro, para ele essa informação é de foro íntimo.

Podemos citar como exemplo que, ninguém gosta de prestar contas para onde foi gasto seu dinheiro. Outra razão é que a DFC não era um relatório obrigatório por lei no Brasil, não era exigido da classe contábil sua elaboração, a partir de 2008 passou a ser exigida pela lei de Nr 11.638/07 que relata o seguinte texto:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

Marion (2009) ainda relata que existem dois modelos de DFC, na qual se identificam pelo modelo direto e indireto onde a primeira é a mais simples e de fácil entendimento, mostrando a origem e o uso do dinheiro. A segunda é mais complexa, parte do lucro da DRE já ajustado mostra a variação do capital de giro que afetam o caixa. Neste mesmo contexto da DFC devemos destacar os três tipos de atividade:

- **Operacional** – O caixa é gerado de acordo com as venda de bens ou prestação de serviço, subtraindo as despesas operacionais, impostos e participações;
- **Financiamentos** – A empresa obtém recurso através de financiamentos ou aporte de capitais. Os pagamentos de dividendos e amortização

de financiamentos aparecem como captação de recursos e amortização de recursos captados;

- **Investimentos** – Aquisição de Ativos permanentes, que devem ser destacados as vendas, como as participações em outras empresas.

Conforme as NBCT a DFC “deve fornecer informações para alterações no caixa e equivalentes de caixa, dentro de um período contábil da entidade, separando e destacando todas as atividades operacionais, de investimento e financeiro”.

Nas atividades operacionais de fluxo de caixa serão apresentados pelo os métodos indireto e direto.

- **Método indireto** – o fluxo de caixa das atividades operacionais líquida, devem ser ajustado pelo resultado quanto aos efeitos de:

- a) Mudanças ocorridas nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar durante o período;
- b) Itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, receitas (despesas) contabilizadas pela competência, mas ainda não recebidas (pagas), ganhos e perdas de variações cambiais não realizadas, lucros de coligadas e controladas não distribuídos, participação de não controladores; e
- c) Todos os outros itens cujo efeitos sobre o caixa sejam decorrentes das atividades de investimento ou financiamento.

Pelo o método indireto o resultado não envolve as transações do caixa, é ajustado quaisquer diferimentos por competência de acordo com o recebimento e pagamentos operacionais de eventos passados ou futuros, além disso as receitas e despesas que se associam com o fluxo de caixa das atividades de investimento juntamente com o de financiamento.

- **Método direto** – o fluxo de caixa das atividades operacionais líquidas, é apresentado através da divulgação das principais classes de recebimentos e pagamentos na totalidade de caixa. Essa informação pode ser obtida através dos seguintes requisitos:

Dos registros contábeis; ou

Ajustando-se as vendas, dos custos dos produtos e serviços vendidos e outros itens da demonstração do resultado do resultado abrangente referentes a:

- I - Mudanças ocorridas nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar durante o período;
- II - Outros itens que não envolvem caixa; e
- III - Outro itens cujo os efeitos do caixa sejam decorrentes dos fluxo de caixa de financiamento ou investimento.

Pelo método direto é que são divulgadas as principais classes de recebimento bruto e pagamento bruto de caixa, através desse método é incentivado a apresentação da conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais da entidade.

Conclui-se que a DFC demonstra as variações no disponível da conta caixa e banco em relação às transações da entidade, evidenciando de forma clara o controle das entradas e saídas de dinheiro do caixa.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
ENTRADAS	
•	Recebimento de clientes
TOTAL DE ENTRADAS	
SAÍDAS	
•	Pagamento a fornecedores
•	Pagamento de despesas
TOTAL DA SAÍDAS	
VARIAÇÃO DO PERÍODO (entrada – saídas)	
(+) SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	
= SALDO NO FINAL DO PERÍODO	

Quadro 03: Demonstração Fluxo de Caixa

Fonte: Moura (2009 P. 190)

2.7 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com o Art. 186, § 2º, da Lei das S/A a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é facultativa e, onde poderá ser incluso na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), ou seja, a DMPL é uma demonstração que abrange um universo de movimentações que evidencia todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.

Para Perez e Begally (2002) a DMPL é de grande utilidade, pois fornece a movimentação decorrida em cada período das diversas contas do patrimônio líquido, ela indica de forma clara o fluxo de uma conta para outra, indicando a sua origem e acréscimo de cada valor ou a redução do patrimônio líquido durante o exercício.

Essas informações complementam os dados constantes no balanço e na demonstração do resultado do exercício. Parte do pressuposto que é de suma importância para as empresas tenham seu patrimônio líquido formado por várias

contas e que diversifiquem com elas muitas transações. A importância da DMPL se torna acentuada em face os novos critérios da lei, onde ela indicará de forma clara e a utilização de todas as reservas, não só apenas a de lucros, as também servirá para uma melhor compreensão, referente ao calculo dos dividendos obrigatório aos acionistas.

Para Szuster e Cardoso (2010) a DMPL apresenta as movimentações que ocorreram nas contas do PL no fim do saldo de cada conta do exercício anterior, ou seja, “capital social, Reserva de capital, Reservas de lucros, Prejuízo acumulados, até chegar ao saldo final do exercício em análise, isto é, aumento ou diminuição do patrimônio líquido”.

A DMPL sofre algumas variações no PL em determinado período, ou seja, essas variações são eventos que altera a estrutura e o valor do PL. Esses eventos são evidenciados na DMPL embora não afeta o saldo dentro do grupo.

As principais variações sofridas no PL segundo Szuster e Cardoso são:

Aumento de capital social: representa o valor integralizado pelo sócios a empresa. Esse valor pode ser aportado em dinheiro ou quaisquer outros bens e direitos, como imóveis, bem como pela apropriação dos saldos das reservas de capital e de lucros.

Lucro ou prejuízo apurado no período: representa o resultado obtido pela empresa em determinado período. Essa informação é obtida na última do DRE.

Destinação de lucros: do lucro obtido, é normal a empresa distribuir parte para seus acionistas, com dividendos, e reter o restante para manutenção e expansão dos negócios da empresa. A parcela retida deve ser transferida pra coluna destinada às reservas de lucros.

Assim, fica evidenciado que mesmo com a DMPL que descreve a situação do patrimônio, aqueles que são os maiores interessados desconhecem essa ferramenta como de suma importância para uma empresa.

Segundo a NBTC a DMPL apresenta o resultado da entidade para um período contábil, os itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período, os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correção de erros reconhecidos no período, os valores investidos pelos os proprietários e os dividendos e outras distribuições para o proprietários durante o período.

Algumas informações devem ser apresentadas na DMPL, onde a entidade deve apresentar a demonstração contendo os seguintes requisitos:

O resultado e os outros resultados abrangentes do período, demonstrando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e participação dos não controlados;

Para cada componente do patrimônio líquido os efeitos da aplicação retrospectiva ou correção retrospectiva reconhecida de acordo com a seção 10 políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;

Para cada componente do patrimônio líquido a conciliação entre o saldo do início e no final do período, evidenciando separadamente as alterações decorrentes:

Do resultado do período;

De cada item dos outros resultados abrangentes;

Dos valores de investimentos realizados pelos proprietários, e dividendos e outras distribuições para eles, demonstrando separadamente ações ou cotas emitidas, de transações com ações ou cotas em tesourarias, de dividendos e outras distribuições aos proprietários, e de alterações nas participações em controladas que não resultem em perda de controle.

Isso leva a crer que a DMPL traduz verdadeiramente os valores investidos pelos proprietários das empresas, sendo eles controladores, por isso se espera sempre um resultado positivo no patrimônio líquido da entidade.

Além de resultar em garantia de também participar de outras participações em controladas que não resultem em perdas de investimentos.

Para a elaboração da DMPL é preciso seguir seus componentes em linha vertical, que são os mesmos da DLPA. Na linha horizontal do quadro serão destinados os consignados e os elementos componentes do patrimônio líquido.

Segundo Iudícibus et al (2010) a DMPL e a DLPA uma ou outra é aceita pela lei das sociedade por ações, partindo do pressuposto que a primeira é mais completa onde uma das suas colunas são a de lucro ou prejuízo acumulados.

Evidencia “onde a mutação do patrimônio líquido em termos globais que surgem novas integralização de capital, resultado do exercício, ajuste de exercícios anteriores, dividendos e etc”. Por sua vez na coluna de lucros acumulados é feita a destinação do resultado do exercício. Assim na demonstração do resultado e na sua destinação é elaborada a formação do lucro, ou compensação com reservas, se houver prejuízo.

Abaixo apresentamos a estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Descrição das mutações Patrimoniais	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldo no início do Período (+ / -) Ajustes de exercícios anteriores (+ / -) Transferência de reservas (+) Aumento de capital (+) Aquisição de ações em tesouraria (+) Aumento de reservas capital (+) Reversões de reservas: Reserva de contingências Reserva de lucro a realizar Reserva de reavaliação (-) tributos sobre a reserva de reavaliação (-) Participações sobre a reserva de reavaliação (+) Lucro (prejuízo) líquido do exercício (=) Saldo a disposição da AGO/E (-) Destinações: Reserva legal Dividendos preferenciais Reserva de lucro a realizar Reserva de contingências Dividendo ordinário Reserva estatutária Reserva de retenção de Lucros (=) Saldo no final do período Dividendo preferencial por ação Dividendo ordinário por ação							

Quadro 04: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Fonte: Luiz et al (2007 P. 35)

2.8 NOTAS EXPLICATIVAS

Ainda de acordo com a NBTC as notas explicativas devem conter informações adicionais, aquelas apresentadas no balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, nas demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados, da demonstração das mutações do patrimônio líquido, e na demonstração de fluxo de caixa.

As notas explicativas também fornecem descrições narrativas com detalhes de itens apresentados nas demonstrações e informações acerca de itens que não estão de acordo para reconhecimento nessas demonstrações. As exigências das NE são normalmente para que seja apresentadas e esclarecidas fatos relevantes a serem destacados, e que possa ser compreendido por todos os usuários.

2.8.1 Estrutura das notas explicativas

De acordo com a Resolução 1255/09 as notas explicativas devem apresentar:

- a) Informações acerca das bases de elaboração das demonstrações contábeis e das práticas contábeis específicas utilizadas;
- b) Divulgar as informações exigida esta norma que não tenha sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis;
- c) Prover informações que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis, mas que sejam relevantes para compreendê-las.

Ou seja, a empresa deve apresentar as notas explicativas sistematicamente, onde a entidade deverá indicar em cada item das demonstrações contábeis a referência com a devida informação das NE.

As notas explicativas devem ser apresentadas de acordo com a NBCT e normalmente as entidades devem apresentá-las na seguinte ordem:

Declaração de que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas;
Resumo das principais práticas contábeis utilizadas;
Informações de auxílio aos itens apresentados nas demonstrações contábeis na ordem em que cada demonstração é apresentada, e na ordem em que cada conta é apresentada na demonstração; e
Quaisquer outras divulgações.

Um dos requisitos primordial é que as notas explicativas devem seguir rigorosamente a base de mensuração utilizada na elaboração das demonstrações e os princípios das práticas contábeis, onde a empresa deve divulgar as informações através de práticas contábeis utilizadas que sejam relevantes e que esteja compreendida nas demonstrações contábeis.

A entidade deve divulgar, no resumo das principais práticas contábeis ou em outras notas explicativas, os julgamentos, separadamente daqueles envolvendo estimativas, que a administração utilizou no processo de aplicação das práticas contábeis da entidade e que possuem efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As notas explicativas devem ser divulgadas pela entidade, informações sobre os principais pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes importantes de incertezas das estimativas na data da divulgação.

Para Ludícibus et al (2010) as NE devem servir para complementar as demonstrações contábeis, através de quadros analíticos ou outras demonstrações se caso necessário, para avaliar a situação da evolução patrimonial da entidade.

De acordo com NBTC as NE enumera o mínimo de informações, e esclarece a situação patrimonial e as do resultado do exercício, nessa quantidade mínima de informações deverá ser divulgadas informações sobre a base da elaboração das demonstrações financeiras e das práticas contábeis exigidas no Brasil, conforme descrição dos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, e das práticas contábeis que forem adotadas, reavaliações, detalhamento de dívidas de longo prazo, do capital e dos investimentos em outras empresas, dos ajustes do exercício e de eventos importante que deixaram de ser lançados após a data do balanço.

Segundo o CPC 26 (R1), Em algumas circunstâncias, pode ser necessário ou desejável alterar a ordem de determinados itens nas notas explicativas. Por exemplo:

A informação sobre variações no valor justo reconhecidas no resultado pode ser divulgada juntamente com a informação sobre vencimentos de instrumentos financeiros, embora a primeira se relacione com a demonstração do resultado e a última se relacione com o balanço patrimonial. Contudo, até onde for praticável, deve ser mantida uma estrutura sistemática das notas explicativas.

Ou seja, as notas explicativas proporcionam o alcance da informação que não estão representados nas demonstrações contábeis e políticas específicas que podem ser apresentadas de forma separadas dentro das demonstrações contábeis.

Assim é importante que os usuários tenham como base essa informação, que sirva como mensuração utilizada nas demonstrações contábeis, exemplo: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável. Quanto mais base de mensuração for utilizada nas demonstrações contábeis, mas as informações são consistentes e tem relevância e que demonstre a verdadeira situação da empresa.

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa para alcançar seus objetivos requer um direcionamento a ser seguido, ou seja, uma metodologia, para essa pesquisa foi realizado estudo bibliográfico e documental, onde foi pesquisado em livros, artigos científicos e a legislação profissional. Poderá também ser caracterizado como um estudo de caso.

Para Demo (1985 p.151):

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia.

O autor destaca a preocupação de tratar as formas de fazer ciência, e procedimentos utilizados e caminhos a serem seguidos, de forma que para atingirmos o objetivo desejado existem vários caminhos a serem percorridos.

Segundo Figueiredo e Souza (2011) a metodologia é um conjunto de métodos ou caminhos que devem se percorridos na busca do conhecimento.

3.1 TIPO DE PEQUISA

O estudo foi bibliográfico, que de acordo com Vergara (1997) “é o estudo sistematizado e desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e etc, isto é, toda informação que estiver acessível ao publico em geral”. Fornece material analítico para qualquer outro tipo de pesquisa.

A pesquisa que se caracteriza como um estudo de caso, que de acordo com Gil (1999, apud Beuren 2003, p. 130), é definido “como uma técnica de investigação composta por um número de mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, que tem por objetivo o conhecimento de suas opiniões, sentimentos, crenças, expectativas, interesses, situações vivenciadas”.

Para atingir o objetivo dessa pesquisa, foi realizado uma visita em uma micro empresa de artesanato na qual coletou-se todos os dados de maneira padronizada, que possibilitou o registro, análise e interpretações das informações, com intuito de conhecer de forma aprofundada o serviço contábil da micro empresa, e se a

escrituração contábil está de acordo com a resolução CFC 1.255/09 e se é utilizada para os usuários externos, como também para direcionar as tomadas de decisões.

Também foram construídos as seguintes demonstrações contábeis da empresa, objeto do estudo de caso:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de fluxo de caixa;
- Notas Explicativas

A pesquisa foi classificada como um estudo bibliográfico e documental, onde foi pesquisado em livros, artigos científicos e a legislação pertinente.

A Ben & Van Comercio Varejista de Artesanato LTDA ME foi constituída em 24 de Junho de 2010, a empresa está situada na cidade de Natal-RN, e sua principal atividade operacional está voltada ao comércio de artesanato.

3.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados no setor financeiro da empresa Ben & Van Comercio Varejista de Artesanato LTDA ME, no período de março a abril do ano de 2013, diretamente na empresa objeto de estudo de caso pelo pesquisador.

A documentação coletada foi às notas fiscais de compra e de vendas de mercadorias, ficha de controle de estoque, relatório de vendas de cartões de créditos e cheque de terceiros, ficha cadastro de funcionários, extrato bancário da conta pessoa jurídica, demonstrativos de pagamento de FGTS e INSS, comprovantes de despesas pagas pela a empresa como: honorários contábeis, salario dos funcionários, aluguel, condomínio, taxas e impostos devidos ao fisco, dentre outros.

Através da documentação coletada foi elaborado na empresa, um balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, a demonstração de fluxo de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido e Notas explicativas.

3.3 TRATAMENTO PARA ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, estes foram processados através de um software específico direcionado a área contábil, onde foi extraído as informações contidas nas demonstrações contábeis de acordo com a resolução CFC 1.255/09.

Os dados foram analisados de forma que as informações sejam clara e consistentes, evidenciando assim a real situação econômica e financeira da empresa.

Para que as informações retiradas dos documentos fossem confiáveis e relevantes, foi preciso conferir as notas fiscais de compra e venda de mercadoria, confrontando com seu estoque existente na empresa, para saber se a quantidade de mercadoria lançado no sistema é a mesma que consta no estoque físico de suas instalações, outro item, foi conferir a ficha de controle de estoque analisando sobre o custo de cada produto.

Outro fator relevante verificado foi a existência de bens imobilizado, procurou-se verificar se a empresa possui bens registrado no sistema de contabilidade.

Sobre os relatórios de vendas de cartões de créditos, foram verificados os valores totais e posteriormente confrontado com os descontos efetivados pelas bandeiras de cartões, que por sua vez descontam um percentual sobre cada venda efetivada, assim foi possível verificar os valores líquidos devido à empresa, e organiza-lo para o lançamento no sistema contábil.

Cheque de terceiros, um dos principais títulos que ainda é usado e causa certa preocupação por parte das empresas, que muitas vezes fica na incerteza se vão receber quando o título for compensado ou não, onde muitas vezes esses clientes não honram com seus compromissos, gerando assim uma inadimplência a empresa detentora do direito de resgatar o título. Por esse fator, foi feito uma análise

de todos os clientes que efetuam os pagamentos em cheques, para obter um controle de forma efetiva, visualizar e quantificar os inadimplentes.

Ficha cadastro de funcionários serve com base de controle de todos os dados dos funcionários, desde sua identificação, endereço, quantidade de filhos, valor de salário entre outras as informações necessárias para a empresa. Todas as fichas foram analisadas para saber se possuíam distorções em determinadas contratações de colaboradores.

Extrato bancário conta pessoa jurídica, no extrato podemos verificar e identificar se foram feitas transações bancárias dentro do período como: depósitos, transferências, pagamentos, saques, agendamentos, empréstimos, pagamento de juros e limite de cheque especial utilizado ou não.

Demonstrativos de pagamento de FGTS e INSS foram observados se as guias confeccionadas estavam em acordo com a legislação específica e se os valores demonstravam a realidade das informações. Em seguida foi verificado o calculo efetivado e se a empresa estava mantendo em dia os repasses devidos aos órgãos reguladores.

Comprovantes de despesas pagas pela a empresa, honorários contábeis, salario dos funcionários, aluguel, condomínio, taxas e impostos devidos ao fisco.

Foi verificado junto ao prestador de serviço na área contábil valores e serviços que o mesmo presta a empresa, se estão dentro dos padrões estabelecidos e se condiz com o mercado atual, sobre os salários pagos aos funcionários, confrontamos o horário de cada um para estabelecer o calculo de horas trabalhadas mensalmente.

Outras despesas analisadas foram o aluguel que é pago mensalmente juntamente com o condomínio e taxas, procurou-se evidenciar se haveriam distorções nos valores lançados nos boletos de pagamento.

Impostos, como a empresa objeto do estudo de caso é optante pelo o sistema de tributação Simples Nacional, foi observado o calculo se estava de acordo com as alíquotas vigentes.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Ben & Van Comercio Varejista de Artesanato LTDA ME foi constituída em 24 de Junho de 2010, através de duas amigas e comadres que resolveram unir forças e com uma pequena quantia em dinheiro abriram uma sociedade.

A empresa está situada na cidade de Natal-RN, e sua principal atividade operacional está voltada ao comércio de artesanato, onde a maioria de seus clientes são turistas nacionais e internacionais.

A empresa preza pelo bom atendimento e a satisfação do cliente, com isso consegue fidelizá-lo e quando retornam a Natal procuram a loja para comprar suas mercadorias ou através contato telefônico.

Hoje a empresa possui 02 (dois) funcionários e pretende expandir seus negócios através de outras filiais e vendas para outros estados e países através de publicações em sites, o faturamento anual da Ben & Van gera em média R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) anual.

A empresa antes da pesquisa ser realizada, não possuía escrituração contábil, onde primeiramente foi feito um levantamento dos bens, direitos e obrigações, para uma possível visualização da sua situação financeira e econômica naquele período.

Após as coletas de dados e o processamento no software contábil, extraiu as demonstrações financeiras a seguir:

- **Balanço patrimonial** – foi elaborado de acordo com a resolução CFC 1.255/09, onde apresentou seus resultados e foi compreendido por todos os usuários, onde trouxe benefícios satisfatórios para os sócios da empresa, que conseguiram visualizar no BP a verdadeira situação patrimonial e financeira da empresa. No ano de 2012 a empresa apresentou um patrimônio líquido de R\$ 12.315,46.

Observando a necessidade da empresa usufrui da informação e seu ramo de atividade que ela está inserida no mercado, a pesquisa também revelou que ela possui uma folga financeira para liquidar suas obrigações, de acordo com o BP (APENDICE A).

- **Demonstração do Resultado Exercício** – Através da demonstração do resultado do exercício procurou demonstrar ao usuário o controle de todas as receitas e despesas, levando em consideração a separação das contas, evidenciando o custo das mercadorias revendidas, um dos itens que muitos donos de empresa ainda não conseguem visualizar de forma efetiva.

Destacou-se também na DRE os impostos devidos aos órgãos competentes, calculados de acordo com o seu faturamento, relatando aos sócios que é possível sim, manter as informações dentro dos princípios contábeis, e de acordo com as normas brasileira de contabilidade, retratando a verdadeira situação financeira e econômica da empresa. (APENDICE B).

- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – Na DMPL foi apresentado o resultado da empresa para um período contábil do ano de 2012. Ainda nesta análise podemos identificar o capital social integralizado da empresa, no valor de R\$ 5.000,00, a conta de lucros ou prejuízos acumulados R\$ 105.290,19 chegando ao fim do período com um saldo final de R\$ 12.315,46. (APENDICE C).

- **Demonstração de fluxo de caixa** – Na DFC elaborada, forneceram informações sobre as alterações de caixa e equivalentes de caixa da empresa no período do ano de 2012, procurando evidenciar as mudanças de atividades operacionais, atividades de investimento e nas atividades de financiamentos.

Ao longo das análises, a DFC apresentou os seguintes resultados: Caixa líquido das atividades operacionais resultou em um saldo negativo de R\$ 4.738,07 Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa 4.738,07 negativo, Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período 9.597,77 positivo e Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período 4.859,70 positivo.

Ou seja, a DFC mostrou aos sócios a importância de manter o registro de entradas e saída de dinheiro do caixa da empresa, tanto para gerenciar as compras de mercadorias, quanto para efetuar uma previsão de vendas para o futuro, com essas demonstrações, o sócio pode tomar decisões baseando-se em um relatório consistente, que traduz a sua real situação da empresa. (APENDICE D)

- **Notas Explicativas** – As NE foram elaboradas para apresentar informações com base nas demonstrações contábeis e das práticas contábeis específicas

utilizadas, trazendo informações que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis, que sejam relevantes e que todos possam compreendê-las.

Nas NE (Notas Explicativas) foi incluído detalhes sobre a natureza e seus valores contabilizados no final do período da divulgação, pressupondo informações para o futuro, dentre incertezas das estimativas na data de divulgação das demonstrações. (APENDICE E)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O objetivo da pesquisa é elaborar os relatórios contábeis em uma micro empresa de acordo com a resolução CFC 1255/09. Com base nas fundamentações teóricas ficou evidenciado sua importância e relevância, assim foi possível trazer benefícios para empresa como a visualização da situação econômica e financeira, um gerenciamento de entradas e saídas de dinheiro, controle das receitas e despesas, verificação dos custos das mercadorias revendidas, onde proporcionou aos sócios verificar com maior cautela os preços das mercadorias, assim poder reduzir custos e despesas e aumentar seu faturamento, além de todos os benefícios mencionados, as informações serviram para tomada de decisão tão quanto para os usuários externos.

O resultado demonstra a importância da escrituração contábil para a micro e pequena empresa onde ela possa estar inserida num contexto legal e dentro das normas contábeis, mantendo as informações em dia para tomada de decisão e para os usuários externos.

Ela se mantém ao longo dos anos mensurando o patrimônio e ajudando os usuários com informações, hoje ela passa por algumas mudanças e aperfeiçoamentos que está em processo de convergência internacional para unificar os princípios e práticas contábeis entre os países. Tais procedimentos permite um só entendimento entre os usuários, prevalecendo a transparência das informações.

A pesquisa proporcionou a visualização de todo processo para manter uma escrituração contábil de forma relevante, de fácil entendimento, e que esteja dentro dos princípios contábeis e dentro das normas brasileiras de contabilidade.

Com intuito de contribuir para futuros estudos no tema abordado na área contábil, com base nos resultados obtidos, recomendo que prossigam nas pesquisas. Neste sentido apresenta-se como sugestão para os próximos trabalhos:

- Replicar o estudo considerando que mais empresas de artesanato mantem sua escrituração de acordo a resolução CFC 1255/09;
- Verificar estudo da contabilidade gerencial, dando ênfase os custos da mercadoria revendida e controle interno.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>> Acesso em 08 set 2012.

BRASIL, Lei nº 11.638/07 de 28/12/2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>> Acesso em 10 out 2012.

BRASIL, Lei nº 11.941 de 27/05/2009. Conversão da Medida Provisória nº 449 de 03/12/2008 (MP449/08) em Lei. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>> Acesso em 16 out 2012.

BRASIL, Lei nº 6404 de 15/12/1976. Sociedade por Ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>> Acesso em 02 nov 2012.

CARVALHO, L. Nelson – **Contabilidade Internacional Aplicação dos IFRS** –São Paulo: Atlas 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – Normas Brasileiras de Contabilidade** 1ª ed. Brasília. 2010. cap.4 p. 26-47.

CPC 00 – **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB – BV 2011 Blue Book)** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf > Acesso em 04 nov 2012.

CPC 26 (R1) – **Apresentação das Demonstrações Contábeis Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1 (IASB – BV 2011)** <www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1.pdf> Acesso em 27 jun 2013.

CPC - **Pronunciamento Técnico PME, Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs).** Disponível em: <www.cpc.com.br> Acesso em 19 ago 2012.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?Tipo=D&File=/deli/deli488.htm>> Acesso em 10 out 2012.

DEL FRARO, Ana Paula Miarelli, SCOTINI, Daniele Ferreira, SOUZA Kellen Flávia de Souza, LOURENÇO, Rebeca Heleodora, TEIXEIRA, Sílvia Aparecida de Lima – Artigo, **A importância da escrituração contábil regular nas micro e pequenas empresas.** Disponível em: <<http://www.faceca.br/revista/index.php/revisiniciacao/article/view/123>> Acesso em 22 ago 2012.

DEMO, Pedro, **Metodologia do Conhecimento Científico** – 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. cap.6, p. 151.

FIGUEIREDO, Antônio Macena, SOUZA, Soraia Riva Goudinho – **Como elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses, da redação científica a apresentação do texto final** – 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2000. cap.7, p. 144.

GIL, Antônio Carlos – **Métodos e técnicas de pesquisa social** – 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S. e VAN BREDÁ, Michael F. – **Teoria da Contabilidade** 5ª ed. São Paulo: Atlas 2009. cap 2, p.41.

IUDÍCIBUS, Sergio, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens e SANTOS, Arioaldo – **Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC** – São Paulo: Atlas 2010.

IUDÍCIBUS, Sergio, MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens – **Manual de Contabilidade das sociedades por ações** 4ª Ed. São Paulo: Atlas 1995

MARION, José Carlos – **Contabilidade Básica** 10ª ed. São Paulo: Atlas 2009.

MOURA, O. Ribeiro – **Contabilidade Avançada** 2ª ed. São Paulo: Saraiva 2009.

NATAN, Szuster (et al.) – **Contabilidade Geral: Introdução à contabilidade societária** 2ª Ed São Paulo: Atlas 2010.

NEVES, Silvério e VICECONTI, Paulo E. Vilchez – **Contabilidade Avançada** 10ª Ed. São Paulo: Frase 2001.

PADOVEZE, Clóvis Luís, **Manual de Contabilidade Básica – Contabilidade introdutória e intermediária** 7ª Ed. São Paulo: Atlas 2009.

PEREZ, José Hernandez Junior, BEGALLI, Glaucos Antônio – **Elaboração das demonstrações contábeis** – 3ª Ed. São Paulo: Atlas 2002.

ZANLUCA, Júlio César – **A importância e utilidade da escrituração contábil** Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br> Acesso em 20 abr 2013.

REIS, Arnaldo, MARION, José Carlos – **Contabilidade Avançada** 4ª Ed. São Paulo: Saraiva 2006.

RESOLUÇÃO CFC nº 1255/09 – Aprova a NBC TG 1000 – **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas** – Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc> Acesso em 19 ago 2012.

REVISTA FACECA – **As Principais Mudanças com a Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade para as Micro e Pequenas Empresas de acordo com Lei 11.638/07** – Disponível em: <www.faceca.br/revista/index.php/congresso/article/view/274> Acesso em 20/04/2013.

SANTOS, José Luís, SCHIMIDT, Paulo, FERNANDES, Luciane Alves, GOMES, José Mário Matsumura – **Manual de Práticas contábeis – Aspectos Societários e Tributários** São Paulo: Atlas 2007.

SEBRAE, **Atuário do Trabalho nas Micro e Pequenas Empresas** – Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/atender/customizado/estudos-e-pesquisas>> Acesso em 23 junho 2012.

VERGARA, Sylvia Constant – **Projetos e relatórios de Pesquisas em Administração** – São Paulo: Atlas. 1997. cap.4 p. 44-52.

APÊNDICE

Balanco Patrimonial

Empresa: BEN E VAN COMERCIO VAREJISTA DE ARTESANATO LTDA ME - CNPJ: 12.273.329/0001-05
 Endereço: RUA DOUTOR HERNANI HUGO, Complemento: BOX 01, N.º: 8000, Bairro: CAPIM MACIO, Cidade: Natal, Estado: RN, CEP: 59082270, Telefone: (84) 88647472

Pág.: 1 de 1

RALISSON

Conta	Descrição	31/12/2012
1	*** Ativo ***	
1.01	Ativo Circulante	14.328,41 D
1.01.01	Disponibilidades	14.328,41 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	4.859,70 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	4.859,70 D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	4.859,70 D
1.01.15	Estoques	4.859,70 D
1.01.15.01	Estoques em Estabelecimentos Próprios	9.468,71 D
1.01.15.01.01	Estoque de Mercadorias	9.468,71 D
1.01.15.01.01.0001	Mercadorias Para Revenda	9.468,71 D
2	*** Passivo ***	9.468,71 D
2.01	Passivo Circulante	14.328,41 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	2.012,95 C
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	2.012,95 C
2.01.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.569,63 C
2.01.01.03.01.0002	FGTS a Recolher	260,00 C
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	260,00 C
2.01.01.03.03.0010	Simplex Nacional a Recolher	1.309,63 C
2.01.01.07	Empréstimos e Financiamentos	1.309,63 C
2.01.01.07.01	Financiamentos a Curto Prazo - Sistema Financeiro Nacional	443,32 C
2.01.01.07.01.0001	Cheque Especial - CEF	443,32 C
2.07	Patrimônio Líquido	443,32 C
2.07.01	Capital Realizado	12.315,46 C
2.07.01.01	Capital Social	5.000,00 C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	5.000,00 C
2.07.01.01.01.0003	MARIA BENÍCIA DANTAS DOS SANTOS DE MEDEIROS	5.000,00 C
2.07.01.01.01.0004	VANUCE JUSTINO DE ARAÚJO SILVA	2.500,00 C
2.07.07	Outras Contas	2.500,00 C
2.07.07.01	Outras Contas	7.315,46 C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	7.315,46 C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia	7.315,46 C

Demonstração do Resultado do Exercício

Pág.: 0 de 0

Empresa: BEN E VAN COMERCIO VAREJISTA DE ARTESANATO LTDA ME - CNPJ: 12.273.329/0001-05

RALISSON

Endereço: RUA DOUTOR HERNANI HUGO, Complemento: BOX 01, N.º: 8000, Bairro: CAPIM MACIO, Cidade: Natal, Estado: RN, CEP: 59082270, Telefone: (84) 88647472

Estabelecimentos: Todos; Centros de Resultado: Todos

Conta	Descrição	01/01/2012 a 31/12/2012
(+) 010	Receita Bruta Operacional	206.297,80
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	206.297,80
010.01.02	Vendas de Mercadorias	206.297,80
(-) 020	Deduções da Receita	8.603,86
020.01	Impostos Faturados	8.603,86
020.01.05	Simples	8.603,86
(=) 030	Receita Líquida	197.693,94
(-) 040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	47.448,50
040.02	Custo das Mercadorias Revendidas	47.448,50
(=) 060	Lucro Bruto	150.245,44
(-) 070	Despesas Operacionais	44.955,25
070.01	Despesas Administrativas	100,00
070.02	Despesas com Vendas	44.709,58
070.03	Despesas Tributárias	145,67
(=) 200	Resultado Líquido do Exercício	105.290,19

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Pág.: 1 de 1

Empresa: BEN E VAN COMERCIO VAREJISTA DE ARTESANATO LTDA ME - CNPJ: 12.273.329/0001-05

RALISSON

Endereço: RUA DOUTOR HERNANI HUGO, Complemento: BOX 01, N.º: 8000, Bairro: CAPIM MACIO, Cidade: Natal, Estado: RN, CEP: 59082270, Telefone: (84) 88647472

	01/01/2012		31/12/2012
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido	105.290,19		
Dividendos Efetivamente Distribuídos	(130.000,00)		
Diminuição em Estoque de Mercadorias	21.037,68		
Diminuição em Fornecedores	(1.972,94)		
Diminuição em Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(238,34)		
Aumento em Obrigações Fiscais	702,02		
Aumento em Empréstimos e Financiamentos	443,32		
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(4.738,07)		
 Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	 (4.738,07)		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	9.597,77		
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	4.859,70		

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Empresa: BEN E VAN COMERCIO VAREJISTA DE ARTESANATO LTDA ME - CNPJ: 12.273.329/0001-05

Visualizando DMPL no Período: 01/01/2012 à 31/12/2012

Endereço: RUA DOUTOR HERNANI HUGO, Complemento: BOX 01, N.º: 8000, Bairro: CAPIM MACIO, Cidade: Natal, Estado: RN, CEP: 59082270, Telefone: (84) 88647472

Pág.: 1 de 1
RALISSON

	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções outorgadas e Ações e Tesouraria	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos Não Controladores no Pat. Líq. das Controladas	Totais
Saldos Iniciais	5.000,00	0,00	0,00	32.025,27	0,00	0,00	0,00	37.025,27
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gasto com Emissão de Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Opções Outorgadas Reconhecidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações em Tesouraria Adquirida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações em Tesouraria Vendidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	0,00	0,00	0,00	(130.000,00)	0,00	0,00	0,00	(130.000,00)
Ajustes Instrumentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equiv. Patrim. s/ Ganhos Abrang. de Coligadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Conversão do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributo s/ Ajuste de Conversão do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Resultados Abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Instrum. Financ. Reclassificação p/ Resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização da Reserva de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação de Resultados Abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro Líquido ou Prejuízo do Período	0,00	0,00	0,00	105.290,19	0,00	0,00	0,00	105.290,19
Constituição de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Finais	5.000,00	0,00	0,00	7.315,46	0,00	0,00	0,00	12.315,46

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2012 – EM MILHAS DE REAIS R\$

1. Contexto Operacional

A Ben e Van Comercio Varejista de Artesanato LTDA ME foi constituída em 24 de Junho de 2010 e o contrato social está registrado na JUCERN.

A empresa está situada na cidade de Natal-RN, sua principal atividade operacional está voltada ao comércio de artesanato.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com a Resolução CFC Nº. 1.255/09 - *Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil.

3. Principais práticas contábeis

a. Caixa e Equivalência de caixa

Correspondem os depósitos bancários disponíveis com conversão imediata de curto prazo.

b. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição, inferiores, respectivamente, ao custo de reposição e ao valor de realização.

c. Obrigações de Curto Prazo

Correspondem a valores a pagar, fornecedores diversos, obrigações trabalhistas, salários de funcionários e recolhimento previdenciário e fiscal. Por se tratar de uma microempresa, os impostos são pagos através do Simples Nacional.

d. Patrimônio Líquido

O capital social da empresa, totalmente integralizado, é de R\$ 5.000,00 dividido em 5.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: Maria Benícia, R\$ 2.500,00 (50%) e Vanuce Justino, R\$ 2.500,00 (50%).

e. Lucros acumulados

O saldo remanescente de lucros acumulados ao fim de cada exercício deverá ser destinado para aumento de capital ou distribuição aos sócios.

f. Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações são registradas pelo regime de competência.

Receitas – referente a venda de mercadorias;

Despesas Administrativas – compra de material;

Despesas com vendas – Salário dos funcionários, férias, 13º salários, comissões, aluguel, condomínio, honorários contábeis, contribuição previdenciária;

Despesas tributárias – FGTS, Taxas e Imposto Simples Nacional.